

necessárias ao acto eleitoral, e ao dia seguinte, para as operações de desmontagem e limpeza.

13 de Outubro de 1997. — Pelo Ministro da Administração Interna, *Luís Filipe Marques Amado*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna. — Pelo Ministro da Educação, *Guilherme d'Oliveira Martins*, Secretário de Estado da Administração Educativa.

**Despacho conjunto n.º 401/97.** — Considerando que importa assegurar as condições necessárias à campanha eleitoral dos partidos, coligações ou grupos de cidadãos eleitores concorrentes às eleições dos órgãos das autarquias locais:

Determina-se:

1 — Os governadores civis poderão solicitar, para os fins previstos no artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 701-B/76, de 29 de Setembro:

- A cedência dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico aos respectivos directores ou quem as suas vezes fizer;
- A cedência dos estabelecimentos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário aos respectivos órgãos de administração e gestão.

2 — A cedência dos estabelecimentos de ensino superior deverá ser solicitada aos órgãos de gestão dos respectivos estabelecimentos, no respeito pelo disposto na Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, se se tratar de estabelecimento de ensino universitário, e na Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro, se se tratar de estabelecimento de ensino politécnico.

3 — A cedência referida no n.º 1 deste despacho não poderá prejudicar o funcionamento normal das actividades dos estabelecimentos de ensino.

4 — Os governadores civis deverão acordar com os órgãos de gestão dos estabelecimentos a que se referem os n.ºs 2 e 3 deste despacho as condições específicas da sua utilização.

5 — Os candidatos que utilizem, nos termos do presente despacho, os estabelecimentos de ensino responderão pelos danos que decorram da respectiva utilização.

6 — As entidades responsáveis pela campanha eleitoral de cada partido, coligação ou grupo de cidadãos concorrentes responderão pela limpeza do local, findo que seja o respectivo período de utilização.

7 — As entidades referidas nos n.ºs 6 e 7 deste despacho responderão, nos termos dos números anteriores, perante o governador civil que tiver solicitado a cedência do estabelecimento de ensino.

13 de Outubro de 1997. — Pelo Ministro da Administração Interna, *Luís Filipe Marques Amado*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna. — Pelo Ministro da Educação, *Guilherme d'Oliveira Martins*, Secretário de Estado da Administração Educativa.

## MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

### Conselho Superior de Estatística

**Despacho n.º 10048/97 (2.ª série):**

134.ª deliberação do Conselho Superior de Estatística

Actualização do Código da Divisão Administrativa/1994

Considerando que o Código da Divisão Administrativa/Revisão 1994 foi aprovado para utilização no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN) pela 86.ª deliberação do CSE, tendo sido posteriormente publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 17 de Fevereiro de 1995;

Tendo em consideração as alterações registadas na divisão administrativa do País, aprovadas pela Assembleia da República e publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 153, de 4 de Julho de 1996, e 159, de 12 de Julho de 1997, as quais implicam uma actualização ao Código em vigor no âmbito do SEN;

Considerando ainda que dessa actualização deverá ser dado amplo conhecimento aos principais produtores e utilizadores de informação estatística:

A Secção Permanente de Coordenação Estatística, de acordo com as suas competências, decidiu na sua reunião realizada em 30 de

Setembro de 1997 aprovar, para divulgação por publicação no *Diário da República*, as seguintes alterações a introduzir ao Código da Divisão Administrativa/Revisão 1994:

### A) Novas freguesias

Código	Freguesia	Concelho	Distrito/Vilha
31 02 05	Jardim da Serra ...	Câmara de Lobos	Madeira.
05 03 31	Canhoso .....	Covilhã .....	Castelo Branco.
06 05 18	Moinhos da Gândara.	Figueira da Foz	Coimbra.
07 05 19	Malagueira .....	Évora .....	Évora.
07 05 18	Horta das Figueiras	Évora .....	Évora.
07 05 21	Senhora da Saúde	Évora .....	Évora.
07 05 17	Bacelo .....	Évora .....	Évora.
07 05 20	Sé e São Pedro ....	Évora .....	Évora.
08 01 05	Olhos de Água ....	Albufeira .....	Faro.
08 14 09	Cabanas de Tavira	Tavira .....	Faro.
08 06 06	Parchal .....	Lagoa .....	Faro.
08 08 11	Tôr .....	Loulé .....	Faro.
08 05 06	Montenegro .....	Faro .....	Faro.
11 13 20	Maceira .....	Torres Vedras ...	Lisboa.
11 11 15	Casal de Cambra ...	Sintra .....	Lisboa.
11 11 16	Massamá .....	Sintra .....	Lisboa.
11 11 17	Monte Abraão ....	Sintra .....	Lisboa.
11 15 09	Alfornelos .....	Amadora .....	Lisboa.
11 15 10	São Brás .....	Amadora .....	Lisboa.
11 15 11	Venda Nova .....	Amadora .....	Lisboa.
15 09 11	Vale de Água .....	Santiago do Cacém.	Setúbal.
08 01 04	Ferreiras .....	Albufeira .....	Faro.

### B) Freguesias extintas

Código	Freguesia	Concelho	Distrito
07 05 10	Évora (São Pedro)	Évora .....	Évora.
07 05 12	Évora (Sé) .....	Évora .....	Évora.

### C) Freguesias que alteraram a designação

Código	Designação nova	Designação antiga
05 07 09	Pedrógão de São Pedro .....	Pedrógão.
11 15 05	Falagueira .....	Falagueira-Venda Nova.

30 de Setembro de 1997. — O Presidente da Secção, *Arnaldo de Matos Lopes*. — O Secretário do CSE, *Pedro Jorge Nunes da Silva Dias*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 10049/97 (2.ª série).** — *Dispositivos de vigilância electrónica de delinquentes.* — 1 — A monitorização telemática posicional utilizada no controlo penal de delinquentes vem ganhando uma dimensão pragmática a nível da experimentação penológica comparada. Os resultados encorajantes, embora ainda não definitivos, têm levado os governos de países europeus, como o Reino Unido, a Suécia e a Holanda, a prosseguir com a experimentação para além dos períodos iniciais previstos.

A utilização dos dispositivos de vigilância electrónica nos sistemas penais tem uma dimensão simbólica iniludível, na qual se adivinha já uma reforma dos hábitos punitivos, caso aquela metodologia se consiga impor no combate à reincidência ou enquanto sucedâneo das penas de prisão.